

# COMISSÃO MISTA DE ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS RELACIONADAS AO CORONAVÍRUS

(Constituída nos termos do art. 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 2020)

## 19º Boletim de Acompanhamento

23 de outubro de 2020

Nesta semana será divulgado o décimo nono boletim semanal da Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19. Esse documento tem o objetivo de atualizar os membros do Congresso Nacional sobre os principais acontecimentos com relação à pandemia e com relação à atuação da comissão.

### 1. AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 20 de outubro de 2020, foi realizada audiência pública para debater o plano desenvolvido pelo Ministério da Saúde para operacionalizar a vacinação contra a Covid-19, bem como a evolução das vacinas, prazos, necessidades e possibilidades de imunização dos brasileiros. Foram convidados para essa audiência os Senhores Raul Machado Neto, Diretor de Estratégia Institucional do Instituto Butantan e representante de Dimas Tadeu Covas; Ricardo Gazzinelli, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI); Guilherme Werneck, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Jorge Callado, Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); Adriana Regina Farias Ponte Lucena, Coordenadora-Geral Substituta do Programa Nacional de Imunizações e representante de Arnaldo Correia de Medeiros; Marcos Krieger, Vice-Presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e representante de Nísia Trindade Lima; Juvenal de Souza Brasil Neto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e representante de Antônio Barra Torres.

Os principais aspectos abordados pelo Senhor Ricardo Gazzinelli foram:

- Há grande preocupação quanto à efetividade da vacina que será aprovada para a Covid-19. Normalmente, a Anvisa aprova vacinas com o mínimo de 70% de eficácia. Devido à urgência causada pela pandemia, essa exigência pode não ser atendida no momento. Assim, deve ser muito bem avaliado qual seria a eficácia mínima aceita para que uma vacina fosse aprovada no atual contexto. Além disso, a população deve estar consciente que a eficácia é reduzida e são ainda necessários outros cuidados. Importante ressaltar que após a aplicação de uma vacina, a resposta imune vai reduzindo com o tempo e conseqüentemente a proteção dos indivíduos. Ou seja, com a redução da

eficácia exigida para aprovação de uma vacina, a queda da resposta imunoprotetora poderá ser mais rápida.

- O desenvolvimento de uma vacina é um processo demorado. Os ensaios clínicos de vacinas costumam durar de 2 a 4 anos. Assim, nesse curto período em que se está buscando a produção de uma vacina para a Covid-19, é difícil ter ideia da resposta imunoprotetora que será alcançada.
- A eficácia da vacina é analisada de acordo com o número de pessoas infectadas. É comparado o grupo que recebeu a substância placebo e o grupo que recebeu a vacina. Quando os estudos são antecipados, o número de pessoas infectadas para avaliação do imunizante decresce muito. Então o poder estatístico da análise diminui bastante. Assim é difícil acelerar algumas fases de estudos. Dessa forma, é importante questionar qual seria a menor duração necessária dos testes clínicos para que tenhamos um resultado confiável.
- Algumas vacinas provavelmente proporcionarão alta percentagem de pessoas com imunidade. Entretanto, a imunogenicidade em pacientes acima de 50 anos pode não ser tão boa. Por isso, é importante fazer estudos por faixa etária.
- Inicialmente como não teremos vacinas disponíveis para todos, as campanhas deverão se concentrar em locais que ainda apresentam alta transmissibilidade do coronavírus.

O Senhor Guilherme Werneck trouxe os seguintes esclarecimentos:

- A vacina realmente é uma oportunidade para que seja possível proteger parcela fundamental da população. Assim, quando tivermos vacinas disponíveis, é fundamental que o programa de operacionalização da campanha de vacinação já esteja pronto.
- É difícil obter vacina de alta eficácia em curto espaço de tempo. Se aprovarmos vacina com eficácia de 60% não conseguiremos a imunidade que gostaríamos na população. Assim, não devemos investir em apenas uma vacina. Importante considerar que as vacinas podem variar de eficácia de acordo com a faixa etária. Assim, são importantes os investimentos em uma maior diversidade de imunizantes.
- Também deve ser considerado que o SUS deve incorporar essas vacinas. Então esse produto precisa ter um custo razoável. É importante saber até quando os custos mais baratos irão perdurar, bem como saber a quem cabe definir até quando esses custos deverão se manter em níveis humanitários.
- A coordenação da vacinação precisa ser nacional e articulada com os entes federativos. O Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde tem muita experiência para implementar vacinação em massa e com muita eficiência. As associações científicas deveriam participar da coordenação da vacinação.
- Importante definir os grupos prioritários para imunização. Já que não teremos nem logística, nem vacina suficiente para todos, é importante definir quais serão os grupos que serão vacinados inicialmente. Essa definição deve considerar aquelas pessoas com maior risco de infecção e maior risco para desenvolvimento de um quadro grave da Covid-19 (morbidades que favorecem desfecho mais negativo da doença).
- É importante começar um programa de comunicação público mostrando que a vacina é importante e é potencial solução que deve ser associada a outros mecanismos de prevenção. Concomitantemente devem ser combatidas fake news sobre vacinas. O movimento anti-vacina é um movimento crescente que contamina outros grupos preocupados com efeitos colaterais. Os governos estaduais e federais fazem pouco para convencer a população da importância das vacinas e enfrentar essa rede sutil de fake News.

- Para limitar a transmissão do coronavírus seria necessário de 60 a 70% da população com imunidade. No primeiro ano deveríamos cobrir pelo menos 30% da população.

A Senhora Adriana Regina fez as seguintes contribuições:

- O Programa de vacinação do Ministério da Saúde tem o objetivo de imunizar inicialmente os grupos com maior risco de desenvolver complicações e óbitos pela doença e aqueles grupos com maior risco de exposição ao vírus.
- A definição do plano se baseará na eficácia e segurança de administração das vacinas em diferentes idades e grupos de risco.
- Estão envolvidos na elaboração do plano operacional o Ministério da Saúde, Agência de Vigilância Sanitária, Instituto Nacional de Controle e Qualidade em Saúde, Fiocruz, Butantan, TECPAR, CONASS e CONASEMS; Sociedades Brasileiras de Imunologia, Infectologia, Imunizações; Conselhos Federais de Medicina, Enfermagem e Farmácia; Médicos Sem Fronteiras; Especialistas Ad-hoc; Associação de Medicina Intensiva.
- Existirá um grupo dentro do programa de imunização responsável pela farmacovigilância (notificação e investigação de efeitos adversos).
- Está em elaboração site de campanha com registro da população vacinada, local para notificação dos efeitos adversos e um painel denominado vacinômetro que conterá panorama da vacinação no país. A previsão é que em novembro esse site já esteja pronto.
- No âmbito do Covax Facility foi feita tratativa para fornecimento de vacinas suficientes para imunização de 10% da população brasileira. Existem outros acordos em andamento. Quando outros acordos forem feitos, outros grupos serão inseridos na campanha de vacinação. Inicialmente, as vacinas adquiridas no âmbito do Covax Facility serão destinadas apenas aos idosos acima de 80 anos, aos profissionais de saúde e às pessoas com comorbidades que aumentam o risco para o quadro grave da Covid-19.

O Senhor Jorge Callado teceu os seguintes comentários:

- A publicação dos estudos de fase I e II da Sputnik V na revista científica The Lancet foi importante para sanar dúvidas sobre a vacina russa.
- O TECPAR assinou termo de confidencialidade com o fundo russo de desenvolvimento da vacina para iniciarem os trabalhos técnicos. Por isso não podiam divulgar certas informações até a publicação oficial dos resultados das fases I e II de estudos do imunizante russo.
- O TECPAR está em processo de adequação das plantas dos laboratórios. A capacidade ampliada servirá não só para a vacina da Covid, mas para as demais vacinas. Serão feitos investimentos de 500 milhões de reais.

O Senhor Marco Krieger fez as seguintes ponderações:

- Desde março a Fiocruz tem avaliado as diferentes propostas de vacinas que estavam sendo desenvolvidas no âmbito da instituição (próprios projetos) e as

demais vacinas com estudos mais avançados em âmbito mundial. A parceria para a produção da vacina de Oxford foi firmada devido aos seus primeiros resultados promissores e por ter sido a primeira vacina a entrar na fase 3. Em janeiro de 2021 já haverá capacidade instalada para produção industrial da vacina.

- A vacina de Oxford, durante os estudos de fase I e II, apresentou, com duas doses, 100% dos voluntários com resposta celular ativada e 100% também dos voluntários com anticorpos séricos neutralizantes em todas as provas.
- O custo estimado da vacina é de 3,16 dólares com distribuição integral para o Programa Nacional de Imunizações do Sistema Único de Saúde.
- Há previsão de produção em 2021 de mais de 200 milhões de doses

O Senhor Raul Machado Neto abordou os seguintes aspectos:

- A Coronavac apresenta imunogenicidade de 97%.
- Uma das vantagens da vacina chinesa é a temperatura para armazenamento. Já que não necessita de temperaturas baixas, como a maioria das vacinas, a logística de transporte em território nacional será facilitada.
- Seis milhões de vacinas chegarão prontas para utilização, além dos 40 milhões de vacinas que ficarão prontas até dezembro por meio do Instituto Butantan.
- A parceria com a Sinovac envolve transferência de tecnologia.
- Estão em andamento estudos clínicos com a Coronavac em 15 centros do país, com um total de 13 mil voluntários.
- A capacidade de produção do Instituto Butantan esperada para 2021 é de 100 milhões de doses.

Principais pontos mencionados pelo Senhor Juvenal de Souza Brasil Neto:

- O parâmetro usualmente utilizado pela Anvisa para aprovação de uma vacina é eficácia de 70%. A Food and Drug Administration (FDA), órgão regulador americano, está trabalhando com a possibilidade de 50% de eficácia para aprovação de uma vacina para a Covid-19. Riscos e benefícios precisam estar muito claros para que números menores que 70% possam ser aceitos.
- Atualmente existem quatro protocolos em andamento para aprovação no âmbito da Anvisa: AstraZeneca/Oxford, Sinovac/Coronavac, Pfizer e Janssen-Cilag que atualmente está interrompida devido aos efeitos adversos encontrados nos Estados Unidos. Em função do sigilo, ainda não se sabe qual foi o efeito adverso que ocorreu nos estudos dessa vacina e não há previsão de retomada.
- Há previsão de transferência de tecnologia para BioManguinhos e Instituto Butantan (Oxford e Sinovac respectivamente).
- A Primeira etapa é a aprovação do estudo e a segunda etapa é o registro da vacina. A previsão é que no final do primeiro semestre de 2021 um produto viável esteja disponível. A Anvisa já adotou um processo de simplificação regulatória, a submissão contínua de documentos, para que a avaliação das vacinas ocorra de maneira mais célere.

## 2. SUB-RELATORIA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

### 2.1. Ações de Controle a Cargo do TCU

A seguir serão apresentadas as ações de controle e fiscalização a cargo do Tribunal de Contas da União (TCU), no contexto do acompanhamento das políticas públicas voltadas ao combate à crise gerada pelo novo coronavírus (Covid-19).

### 2.2. Ministério da Saúde

O Plenário do Tribunal analisou, na sessão de 21/10, o 3º Relatório de Acompanhamento da estrutura de governança montada pelo Ministério da Saúde (MS) para o combate à crise do coronavírus, bem como os atos referentes à execução de despesas públicas pelo MS e suas unidades subordinadas, por meio do Acórdão 2.817/2020-Plenário, relatado pelo ministro Benjamin Zymler.

O TCU já havia proferido, em momentos anteriores, determinações e recomendações para que as ações realizadas pela pasta ministerial fossem aprimoradas, no tocante a aspectos de governança, transparência, ações orçamentárias e elaboração de estratégias de ação. Nessa fase do acompanhamento, o TCU avaliou a eficácia de algumas medidas adotando, como indicador de desenvolvimento da pandemia no Brasil e em outros países, o número de óbitos em valores per capita.

Em relação ao coeficiente de mortalidade (óbitos por milhão de habitantes), o mundo apresentou até 26 de setembro uma taxa de 127 mortes para cada milhão de habitantes. Entre os países com população acima de um milhão de pessoas, o Peru lidera com 972 mortes por milhão, seguido pela Bélgica (861) e pelo Brasil (673).

O Tribunal entendeu que, embora o Brasil se encontre na fase descendente de número de óbitos diários, enquanto outros países vivenciam efeito contrário, não se pode descartar um eventual recrudescimento da doença. Dessa maneira, a fiscalização apontou que a inexistência de um plano estratégico de comunicação e testagem junto à população acaba por gerar dúvidas quanto ao comportamento a ser adotado diante da pandemia em seus diversos momentos de evolução.

Assim, foi determinado ao Ministério da Saúde que elabore planos estratégicos para viabilização dos seguintes pontos, entre outros: informar as medidas sanitárias a serem adotadas pelos profissionais de diversas áreas e pela população geral; elaborar materiais informativos/educativos sobre o novo coronavírus e distribuí-los para a população, profissionais de saúde, jornalistas e formadores de opinião; disponibilizar peças publicitárias a serem veiculadas nos diversos meios de comunicação; e garantir e monitorar o estoque estratégico de insumos laboratoriais para diagnósticos e medicamentos no âmbito federal e estadual.

A Corte de Contas ainda determinou ao Ministério da Saúde que elabore uma política de testagem da Covid-19, estabelecendo, em especial, a quantidade de testes a serem adquiridos, o público alvo, o prazo para o atendimento, a frequência dos testes a serem aplicados aos integrantes do público alvo e os critérios para distribuição de testes entre os entes subnacionais.

### 2.3. Previdência Social

O TCU aprovou na sessão de 14/10 o Acórdão 2.768/2020-Plenário (relator Ministro Bruno Dantas), relativo ao 4º relatório de acompanhamento dos efeitos da crise do novo coronavírus (Covid-19) no âmbito da Previdência Social e dos benefícios

administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), bem como as medidas de enfrentamento do Poder Público Federal.

A avaliação foi realizada sobre a situação mais recente dos indicadores dos três riscos que integraram o escopo do trabalho: aumento do tempo para conclusão da análise dos requerimentos de benefício; exclusão de pessoas que possuem direito a benefício; e pagamento indevido.

O indicador do primeiro risco (aumento do tempo para conclusão da análise dos requerimentos de benefício) se agravou em praticamente todos os grupos analisados após o INSS ter adotado medidas de enfrentamento à pandemia, trazendo prejuízos a segurados. No que diz respeito às concessões de benefício de prestação continuada (BPC), a principal causa de aumento do tempo de análise foi a suspensão da etapa de avaliação biopsicossocial, fase do processo de concessão do BPC para a pessoa com deficiência. A medida de antecipação do pagamento não vem sendo suficiente para evitar o envelhecimento do estoque de requerimentos, cuja idade aumentou de 188 dias (fevereiro de 2020) para 253 dias (agosto).

A Corte de Contas recomendou ao INSS que, conforme seu juízo de conveniência e oportunidade, avalie a adoção de medidas para reduzir a duração das etapas anteriores à avaliação biopsicossocial.

Outra recomendação do TCU é que seja aumentada a eficácia da medida temporária de antecipação do pagamento. Como, por exemplo, concedendo aos requerentes a oportunidade para apresentar documentos comprobatórios da deficiência.

O Tribunal também sugeriu a implementação de controles para assegurar que a análise administrativa dos requerimentos seja feita conforme a ordem de ingresso na fila geral de reconhecimento inicial do direito. Para tanto, o INSS poderia promover a automatização dessa análise e dos procedimentos de exigência dela decorrentes.

O TCU também se pronunciou sobre a alocação dos assistentes sociais da autarquia, demandados na análise de requerimentos e na revisão de benefícios de prestação continuada e de aposentadoria da pessoa com deficiência. O INSS deve otimizar o aproveitamento dessa força de trabalho especializada, para o alcance de maior eficácia na realização de avaliações sociais e pareceres sociais.

### 3. SUB-RELATORIA CIDADANIA

O Tribunal de Contas da União – TCU enviou a esta Comissão Mista o terceiro Relatório de Acompanhamento sobre o auxílio emergencial (Acórdão nº 2.282/2020-TCU-Plenário), em que, entre outros apontamentos:

- a) recomenda ao Governo Federal a elaboração de estudos integrados com evidências sanitárias, econômicas e sociais;
- b) indica a possibilidade de limitações de focalização do público-alvo do programa, que direcionou mais de 50% dos recursos aos 30% dos domicílios mais pobres, enquanto 29% dos recursos foram destinados aos 50% dos domicílios com maior renda *per capita*;
- c) estima em 60,5 milhões a quantidade máxima de beneficiários elegíveis ao auxílio emergencial, que, confrontada com os 66,9 milhões de cadastros elegíveis processados, pode representar pagamentos indevidos a 6,4 milhões de pessoas, ou 9,6% do público-alvo, representando recursos da ordem de R\$ 23,7 bilhões;
- d) alerta para a necessidade de o Ministério da Cidadania realizar verificação mensal de elegibilidade dos beneficiários do auxílio emergencial (parcialmente atendida pelo § 4º do art. 1º da Medida Provisória nº 1.000, de 2020, que instituiu o auxílio emergencial residual); e
- e) recomenda ao Ministério da Economia a inclusão em relatório do impacto sobre os juros que incidirão sobre o aumento do endividamento público, uma vez que R\$ 130 bilhões dos créditos extraordinários abertos utilizaram como fonte de recursos a emissão de títulos públicos.

## 4. SUB-RELATORIA MINISTÉRIO DA SAÚDE

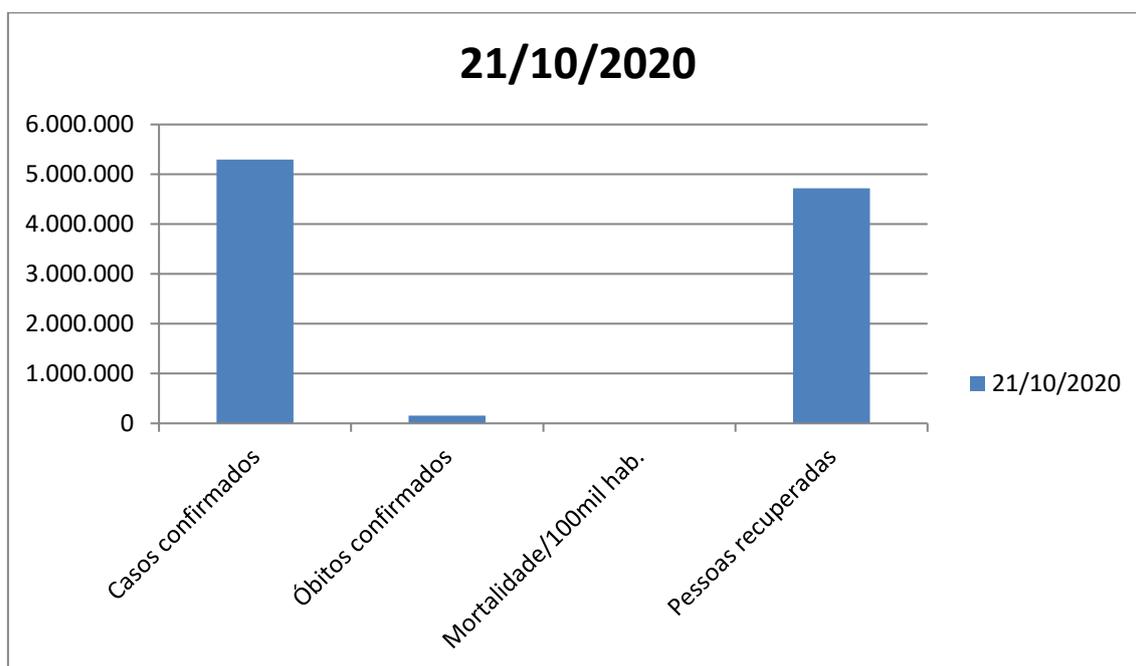
### 4.1. Dados Consolidados Pelo Ministério da Saúde

Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

No dia 21 de outubro de 2020, o Ministério da Saúde registrou 5.298.772 casos confirmados da COVID-19 no país. Quanto ao número de óbitos, foram consignadas 155.403 mortes. A mortalidade por 100mil habitantes foi de 73,9.

Nessa mesma data, o Ministério da Saúde informou que o Brasil registra 4.721.593 casos de pessoas recuperadas.

Em termos gráficos, tais informações poderiam ser assim consolidadas.



### 4.2. Informações Divulgadas pela Imprensa:

Segundo dados de 21 de outubro de 2020, a imprensa noticiou 155.500 mortes e 5.303.520 casos confirmados de COVID – 19.

O novo coronavírus subiu nos seguintes Estados: AM e RN. Manteve-se estável no: PR, RS, ES, RJ, DF, RR, TO, MA, PB, PI e SE. E, por fim, caiu nos seguintes Estados: SC, MG, SP, GO, MS, MT, AC, AP, PA, RO, AL, BA, CE e PE.

#### 4.2.1. Cenário de 16 a 21 de outubro de 2020.

No cenário nacional, a média móvel de mortes no Brasil nos últimos 7 dias foi de 526. Mantendo uma variação de -14%, apontando tendência de estabilidade,

quando não houve queda ou aumento significativo em relação aos dados registrados em 14 dias<sup>1</sup>.

No cenário internacional, a Europa registrou mais de 250 mil mortes por complicações do novo coronavírus até o dia 18 de outubro. Para conter a segunda onda da Covid-19, os países europeus estão aumentando as medidas preventivas para evitar alta de casos de coronavírus. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que mais de 700 mil novos casos foram notificados na Europa – uma alta de 34% em relação à semana anterior<sup>2</sup>.

No cenário mundial, em 21 de outubro<sup>3</sup>, foram registrados o total de 41.396.754 casos confirmados e o número de 1.133.699 mortes no mundo. O Brasil segue como o terceiro país do mundo em número de casos de Covid-19 e o segundo em mortes, atrás apenas dos Estados Unidos.

#### 4.2.2. Unicef: “Vacinar o mundo contra a covid-19 será um dos maiores empreendimentos de massa da história da humanidade”.

Em comunicado, a Diretora Executiva do Unicef, Henrietta Fore, disse que “vacinar o mundo contra a Covid-19 será um dos maiores empreendimentos em massa da história da humanidade e é preciso agir tão rápido quanto a produção de vacinas.”

O Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, vai reservar 520 milhões de seringas até o final do ano para garantir o abastecimento quando uma vacina contra a Covid-19 estiver pronta. Até 2021, o plano é chegar a 1 bilhão destes equipamentos.

Assim que as vacinas forem licenciadas, o mundo precisará de tantas seringas quantas doses de vacina. O objetivo é garantir que o tipo de equipamento chegue aos países antes das vacinas.

Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/10/1730012>

#### 4.2.3. TCU cobra plano estratégico do Ministério da Saúde para combate à pandemia da Covid-19.

Conforme já mencionado, Relatório aprovado nesta quarta-feira (21) pelo Tribunal de Contas da União (TCU) aponta "falta de planejamento" no enfrentamento à pandemia de Covid-19 pelo governo federal.

Segundo o documento, sete meses após ter reconhecido o estado de calamidade pública diante da pandemia, o Ministério da Saúde ainda não tem um plano de estratégia de enfrentamento à crise sanitária do novo coronavírus.

O relatório, apresentado pelo Ministro Benjamin Zymler, aponta falta de planejamento para compra de insumos, medicamentos e equipamentos e alerta que,

---

<sup>1</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/21/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-21-de-outubro-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml>

<sup>2</sup> <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/19/europa-ve-casos-de-coronavirus-crescerem-na-2a-onda-veja-os-numeros.ghtml>

<sup>3</sup> <https://coronavirus.jhu.edu/>

apesar de a pandemia no Brasil dar sinais de enfraquecimento, a experiência internacional aponta o risco de uma "segunda onda" – ou até uma "terceira".

No acórdão, o TCU determinou que o Ministério da Saúde apresente em 15 dias um plano estratégico de combate à pandemia.

Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/21/tcu-cobra-plano-estrategico-do-ministerio-da-saude-para-combate-a-pandemia-da-covid-19.ghtml>

### 4.3. Pesquisa, Ciência e Inovação.

#### 4.3.1. Fiocruz inicia pesquisa com vacina da tuberculose (BCG) para combater covid-19.

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) anunciou, em 19 de outubro, que iniciou estudo com a vacina BCG com o objetivo de reduzir o impacto da covid-19. Segundo a pesquisa, a vacina, originalmente usada na prevenção da tuberculose, tem tido resultados positivos em testes para redução de infecções respiratórias. O recrutamento dos voluntários será realizado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e tem previsão de incluir dois mil voluntários em Campo Grande e mil no Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

#### 4.3.2. Vacina russa Sputnik V: Cooperação técnica com o Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar.

O Governo do Paraná fechou parceria de cooperação técnica e científica com a Rússia para a testagem e a produção de vacina Sputnik V, no Estado, por meio do Instituto de Tecnologia do Paraná – Tecpar. Autoridades russas também anunciaram parceria com a farmacêutica União Química, no Brasil. O Instituto Nacional de Pesquisas Gamaleya, que desenvolveu a Sputnik V, cujos testes clínicos ainda estão em andamento, espera enviar os dados completos da pesquisa para a ANVISA até dezembro<sup>5</sup>.

#### 4.3.3. Instituto Butantan: Coronavac é segura e apresenta promissores índices no Brasil.

O Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas, anunciou, em 19 de outubro, que a vacina contra o coronavírus em desenvolvimento pelo Instituto Butantan e na fase final de testes no Brasil é segura. Os estudos clínicos envolveram 9 mil voluntários com idade entre 18 e 59 anos no país e mostram que apenas 35% tiveram reações adversas leves após a aplicação, como dor no local da aplicação ou dor de cabeça. Não houve registro de efeito colateral grave durante a testagem.

O estudo no Brasil foi iniciado em 21 de julho e prevê a participação total de 13 mil voluntários, todos profissionais da saúde que atuam no atendimento a pacientes com COVID-19. Eles estão sendo acompanhados pelos 16 centros de

---

<sup>4</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-inicia-pesquisa-com-vacina-bcg-para-covid-19>

<sup>5</sup> <https://super.abril.com.br/ciencia/russia-espera-aprovacao-da-anvisa-para-vacina-contra-covid-19-em-dezembro/>

pesquisa distribuídos por sete estados e o Distrito Federal. A partir deste mês, a testagem do potencial imunizante contra o coronavírus está sendo ampliada para voluntários idosos, portadores de comorbidades e gestantes.

Disponível em: <http://www.butantan.gov.br/noticias/testes-confirmam-que-vacina-do-butantan-e-a-mais-segura-em-fase-final-no-brasil>

#### 4.3.4. ANVISA atualiza mapa das vacinas em teste no Brasil.

Segundo dados da ANVISA, de 13/10/2020, são quatro vacinas em teste no país. Confira cada uma delas:

VACINA	LABORATÓRIO	ORIGEM	TECNOLOGIA EMPREGADA	CENTRO COORDENADOR NO BRASIL	NÚMERO DE VOLUNTÁRIOS BRASIL* E NO MUNDO (TOTAL)	FAIXA ETÁRIA	LOCAIS DE TESTES NO BRASIL	TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
CHADOX1 NCOV-19	Astrazeneca e Universidade de Oxford	Reino Unido	Adenovírus Vetor	CRIE - Unifesp (Centro de Referência para Imunobiológicos Especiais da Universidade Federal de São Paulo)	Brasil: 10.000 Mundo: Não aplicável	≥18 anos	SP, RJ, BA, RS e RN	Sim, para Biomanguinhos
CORONAVAC	Sinovac e Instituto Butantã	China	Vírus Inativado	Centro de Pesquisas Clínicas do Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo	Brasil: 13.060 Mundo: Não aplicável	≥18 anos	SP, RS, MG, PR, RJ e DF	Sim, para o Instituto Butantã
VACINAS BNT162 COM RNA ANTI-VIRAL PARA IMUNIZAÇÃO ATIVA CONTRA COVID-19 (PF-07302048)	Pfizer-Wyeth	Estados Unidos e Europa	RNA	Cepic (Centro Paulista de Investigação Clínica)	Brasil: 3.100 Mundo: ~44.000	≥16 anos	SP e BA	Não
AD26.COV2.5 (VAC31518)	Janssen-Cilag	Europa	Adenovírus Vetor	Cepic (Centro Paulista de Investigação Clínica)	Brasil: 7.560 Mundo: ~60.000	≥18 anos	SP, RJ, RS, PR, MG, BA, RN, DF, MT, MS e SC	Não

\* Para os estudos que estão sendo conduzidos em mais de um país, o número de voluntários no Brasil pode ser alterado sem necessidade de aprovação prévia da Anvisa a menos que a quantidade total de voluntários no estudo (tamanho total da amostra) seja alterada.  
Informações atualizadas em 13/10/20

Para avaliação das propostas de estudo, e eventual registro de vacinas contra a Covid-19, foi instituído um comitê de especialistas composto por 10 profissionais rotativos, formada por farmacêuticos, médicos, biólogos e estatísticos.

Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/noticias-anvisa/2020/fique-por-dentro-do-mapa-das-vacinas-em-teste-no-brasil>

#### 4.3.5. Campanhas de vacinação, historicamente, contribuíram para a erradicação e o controle de doenças.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) é reconhecido no mundo. Historicamente as campanhas de vacinação contribuíram para a erradicação da varíola e da poliomielite, além da redução dos casos e mortes derivadas do sarampo, da rubéola, do tétano, da difteria e da coqueluche.

Para um período de pandemia, como a da COVID-19, as ações do PNI não podem ser diferentes. O Governo Federal deve somar esforços para que o PNI

continue representando sinônimo de sucesso em saúde pública, com a eminente campanha de imunização contra a COVID-19, capaz de gerar adesão por parte da população. O processo de modernização do Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização precisar ser consolidado, até o fim do ano, para facilitar o monitoramento, em larga escala, da população a ser vacinada contra a Covid-19.

## 4.4. Atividades Importantes do Ministério da Saúde

### 4.4.1. Postos de vacinação seguem medidas de segurança contra a Covid-19.

Para garantir a segurança do público durante as campanhas de atualização das cadernetas de vacina, o Ministério da Saúde elaborou um protocolo de segurança com abordagens que minimizem os riscos relacionados à Covid-19. O documento considera medidas de distanciamento social para evitar aglomerações e controlar infecções por meio do uso de máscaras, luvas e demais equipamentos.

*“A medida visa a segurança dos trabalhadores da saúde e da comunidade. Além disso, as vacinas precisam estar em dia, mesmo diante da pandemia, para reduzir a probabilidade de surtos de doenças como febre amarela e sarampo, bem como a mortalidade de grupos vulneráveis”,* explica a coordenadora do PNI, Francieli Fantinato.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/postos-de-vacinacao-seguem-medidas-de-seguranca-contra-a-covid-19>.

### 4.4.2. Ministério da Saúde presta esclarecimentos sobre possível aquisição de doses da vacina Butantan-Sinovac.

Em pronunciamento na manhã de quarta-feira (21), transmitido via TV Brasil, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Elcio Franco, prestou esclarecimentos sobre a possível aquisição de 46 milhões de doses da vacina Butantan-Sinovac/Covid-19 por parte da pasta.

Em seu texto, o secretário afirma que, para chegar à população com segurança, *“qualquer vacina depende de análise técnica e aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec)”*.

Segue a íntegra da nota.

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

*Sobre a reunião de ontem, realizada no Ministério da Saúde, por meio de vídeo conferência com governadores, esclarece-se o seguinte:*

*Houve uma interpretação equivocada da fala do Ministro da Saúde. Em momento nenhum a vacina foi aprovada pela pasta, pois qualquer vacina depende de análise técnica e aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec).*

*Destaca-se que o governo Federal, por intermédio do Ministério da Saúde, tem envidado esforços na direção de proteger a população por intermédio de várias ações, como:*

- a adesão na iniciativa Covax Facility, com a opção de compra de vacinas;

- o contrato de encomenda tecnológica AztraZeneca/Oxford com insumos estrangeiros em um primeiro momento para o escalonamento de 100,4 milhões de doses e transferência tecnológica para produção própria de insumos. O que possibilitará que a Fiocruz produza mais 110 milhões de doses no segundo semestre de 2021.

Não houve qualquer compromisso com o governo do estado de São Paulo ou seu governador, no sentido de aquisição de vacinas contra Covid-19.

Tratou-se de um protocolo de intenção entre o Ministério da Saúde e o Instituto Butantan, sem caráter vinculante, grande parceiro do MS na produção de vacinas para o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Mais uma iniciativa para tentar proporcionar vacina segura e eficaz para a nossa população, neste caso com uma vacina brasileira, caso fiquem disponíveis antes das outras possibilidades. Não há intenção de compra de vacinas chinesas.

A premissa para aquisição de qualquer vacina prima pela segurança, eficácia (ambos conforme aprovação da Anvisa), produção em escala, e preço justo. Quando qualquer vacina estiver disponível, certificada pela Anvisa e adquirida pelo Ministério da Saúde, ela será oferecida aos brasileiros por meio do PNI e, no que depender desta Pasta, não será obrigatória.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-presta-esclarecimentos-sobre-possivel-aquisicao-de-doses-da-vacina-butantan-sinovac>.

## 4.5. Atividades Importantes do Legislativo.

### 4.5.1. Comissão debateu o Plano desenvolvido pelo Ministério da Saúde para operacionalizar a vacinação contra a Covid19.

A Comissão Mista destinada a acompanhar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas relacionadas à emergência de saúde pública de importância internacional relacionada ao coronavírus (Covid-19) reuniu-se em 20 de outubro, para debater o Plano desenvolvido pelo Ministério da Saúde para operacionalizar a vacinação contra a Covid19. A reunião contou a participação dos seguintes convidados: Sr. Jorge Callado, Presidente do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar); Sr. Raul Machado Neto, Diretor de Estratégia Institucional do Instituto Butantan; Sra. Adriana Regina Farias Pontes Lucena, Coordenadora Geral Substitua do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde; Sr. Marco Krieger, Vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Sr. Guilherme Werneck, Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Sr. Juvenal de Souza Brasil Neto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e Sr. Ricardo Gazzinelli, Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI).

A Coordenadora Geral Substituta do Programa Nacional de Imunizações, Adriana Regina Farias Pontes Lucena, apresentou o trabalho que uma comissão de diversas instituições está desenvolvendo para montar um plano operacional. Esclareceu que as estratégias elaboradas levarão em conta os resultados dos ensaios clínicos, como eficácia e segurança das vacinas em diferentes grupos, e características epidemiológicas e clínicas e dinâmica de transmissão do vírus.

O Presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia (SBI), Ricardo Gazzinelli, salientou que considera a vacinação em massa como única forma de

alcançar imunidade de rebanho, desde que acompanhada da manutenção das regras de distanciamento social e do monitoramento de casos<sup>6</sup>.

O Vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Guilherme Werneck, destacou que, do ponto de vista da política de saúde, investir em apenas uma vacina seria muito temerário e defendeu ser importante abrir espaço para avaliar diferentes tipos de vacina<sup>7</sup>.

O Diretor-Adjunto da Anvisa, Juvenal de Souza Brasil Neto, reafirmou que “não existe influência política na aprovação de vacinas na Agência de Vigilância Sanitária”, e que a “agência é uma agência de Estado, não de governo”.

## 4.6. Conclusão.

O Ministério da Saúde tem atuado de forma exemplar no combate ao coronavírus.

Reiteramos que, apesar da supracitada atuação, é preciso lembrar que o país ainda não superou a pandemia e que esforços devem continuar sendo empreendidos na gestão eficiente de recursos e na ampliação de ações coordenadas com estados e municípios.

Destacamos que, principalmente no atual cenário de reabertura das atividades econômicas, o Poder Público precisa reforçar, junto à população, o engajamento em relação às medidas sanitárias preventivas contra a Covid-19, como o uso de máscaras da forma correta, a rigorosa etiqueta respiratória, a higienização frequente das mãos e o distanciamento mínimo entre as pessoas em locais públicos.

Por fim, é importante reafirmar, conforme destacado pelos membros e convidados dessa Comissão, durante a audiência pública realizada no dia 20 de outubro, que o debate em torno do tema da vacina contra Covid-19 deve ser pautado por informações técnicas e científicas, pois estamos vivendo um período extraordinariamente trágico, que já vitimou mais de 155 mil brasileiros e mais de 1 milhão no mundo. O embate político precisa ceder em prol da convergência da luta contra a COVID-19. O foco precisa estar voltado para a saúde pública e a estratégia, essencialmente, voltada à proteção da vida humana.

---

<sup>6</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/20/pesquisadores-expressam-otimismo-com-vacina-para-covid-19-no-ano-que-vem>

<sup>7</sup> <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9844>

## 5. SUB-RELATORIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

### 5.1. Valores Autorizados e Execução Financeira

No orçamento da União, as despesas autorizadas para o combate à Covid-19 alcançaram R\$ 605,0 bilhões em 20/10/2020, com pagamentos acumulados de R\$ 456,8 bilhões (75,5% do autorizado), conforme retratado na Tabela 1 adiante, que informa os valores mensais acumulados desde abril, por tipo de crédito orçamentário.

**Tabela 1 – Autorizações e execução financeira acumulada por tipo de crédito**

R\$ milhões							
TIPO DE CRÉDITO	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT*/2020
<b>Créditos Extraordinários</b>							
Dotação	252.839,5	319.191,8	404.170,5	509.278,9	511.273,8	603.653,3	603.751,6
Pago	60.441,9	113.793,8	210.978,1	273.715,2	366.793,1	440.366,3	456.637,1
% Execução	23,9%	35,7%	52,2%	53,7%	71,7%	73,0%	75,6%
<b>Créditos Iniciais</b>							
Dotação	194,3	253,6	327,5	690,1	703,5	749,8	1.279,6
Pago	2,0	8,0	23,7	56,6	111,9	193,0	211,4
% Execução	1,0%	3,2%	7,2%	8,2%	15,9%	25,7%	16,5%
<b>Total</b>							
Dotação	252.839,5	319.445,5	404.498,0	509.968,9	511.977,4	604.403,1	605.031,1
Pago	60.441,9	113.801,8	211.001,8	273.771,8	366.904,9	440.559,3	456.848,5
% Execução	23,9%	35,6%	52,2%	53,7%	71,7%	72,9%	75,5%

\* Data da última extração do SIAFI: 20/10/2020.

A Tabela 2, a seguir, detalha a execução financeira dos **créditos extraordinários** em nível de ações orçamentárias.

**Tabela 2 - Execução das ações abertas por créditos extraordinários**

			R\$ milhões
Ações orçamentárias	Autorizado	Pago	% Executado
00S4 - Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	254.240.000.000,0	223.820.138.324,9	88,0%
00SF - Auxílio Emergencial Residual	67.600.886.209,0	17.532.863.540,0	25,9%
00S7 - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	60.189.488.452,0	60.148.914.730,3	99,9%
21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51.641.629.500,0	27.027.798.725,6	52,3%
21C0 - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública	49.657.590.370,0	38.309.796.903,3	77,1%
00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial / PESE	34.000.000.000,0	17.000.000.000,0	50,0%
00EE - Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) / Pronampe	27.900.000.000,0	27.900.000.000,0	100,0%
00ED - Integralização de cotas do FGI / Programa Emergencial de Acesso a Crédito	20.000.000.000,0	20.000.000.000,0	100,0%
00S3 - Auxílio Financeiro para Compensação dos Fundos de Participação	16.000.000.000,0	15.097.623.103,0	94,4%
00SG - Aporte ao BNDES para o Programa Emergencial de Acesso a Crédito PEAC – Maquininhas	10.000.000.000,0	5.000.000.000,0	50,0%
0454 - Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional	5.000.000.000,0	752.467.676,5	15,0%
8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.037.598.000,0	369.285.445,0	12,2%
00S8 - Auxílio Financeiro ao Setor Cultural	3.000.000.000,0	2.710.988.279,7	90,4%
00NY - Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético	900.000.000,0	900.000.000,0	100,0%
20TP - Ativos Cíveis da União	320.112.746,0	13.149.704,1	4,1%
00S9 - Auxílio Emergencial às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs	160.000.000,0	0,0	0,0%
2E89 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde	43.059.135,0	34.152.216,0	79,3%
2E90 - Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.049.729,0	19.174.076,0	83,2%
212H - Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais	20.000.000,0	0,0	0,0%
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	18.147.908,0	751.802,7	4,1%
<b>Total</b>	<b>603.751.562.049,0</b>	<b>456.637.104.527,0</b>	<b>75,6%</b>

Data da última extração do SIAFI: 20/10/2020.

Os valores autorizados ainda não refletem a perda de eficácia de medidas provisórias (MPVs), tal como ocorreu no caso da MPV 943, de 3 de abril de 2020, que havia autorizado R\$ 34,0 bilhões em favor da ação “00S5 - Concessão de Financiamentos para o Pagamento da Folha Salarial”. Conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 100, de 2020, a MPV 943/2020 teve seu prazo de vigência encerrado no dia 31 de julho de 2020. Até essa data, haviam sido empenhados R\$ 17,0 bilhões no âmbito da ação 00S5.

## 6. SUB-RELATORIA SISTEMA FINANCEIRO E CRÉDITO

### 6.1 Concessão de Crédito Livre Pessoa Física e Pessoa Jurídica

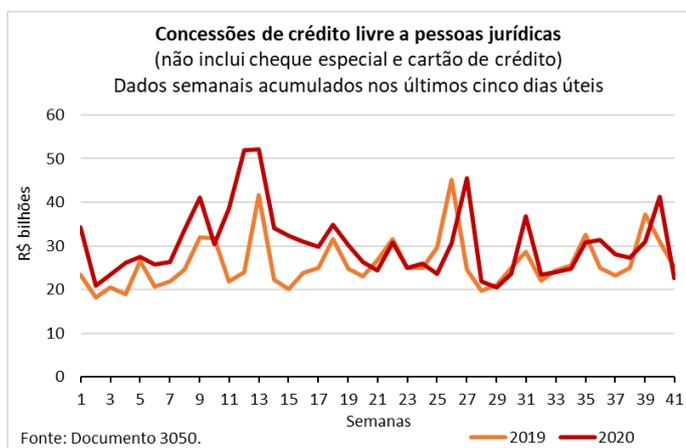
De acordo com o BC, a concessão de crédito livre a pessoas jurídicas em 2020 manteve-se em patamares superiores ao observado no mesmo período de 2019. Assim, até a 41ª semana de 2020, foram liberados R\$ 1.243,6 bilhões. Ao passo que, até no mesmo período em 2019, foram liberados R\$ 1.069,2 bilhões, o que corresponde a um aumento de 16,3%. Para as pessoas físicas, até a 41ª semana de 2020, foram liberados R\$ 555,0 bilhões, ante R\$ 522,1 bilhões para o mesmo período de 2019. Um aumento de 6,3%.

Ao todo, o crédito livre para as pessoas físicas e jurídicas até a 41ª semana de 2020 alcançou R\$ 1.798,6,1 bilhão, ante R\$ 1.591,3 bilhão em 2019. Um aumento de 13,0%.

A evolução dos dados do BC é resumida nos gráficos e tabelas a seguir.

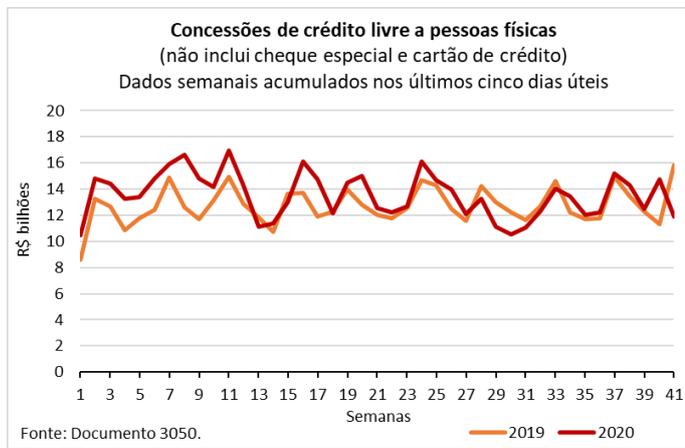
Concessões semanais PJ

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	23,4	34,2
2	18,1	20,9
3	20,6	23,4
4	18,9	26,0
5	26,4	27,5
6	20,7	25,7
7	21,9	26,4
8	24,5	33,8
9	32,0	41,2
10	31,8	30,4
11	21,8	38,4
12	23,9	52,0
13	41,6	52,1
14	22,2	34,2
15	20,1	32,3
16	23,9	31,0
17	24,9	29,8
18	31,5	34,8
19	24,8	30,1
20	23,0	26,3
21	26,6	24,4
22	31,6	30,8
23	25,0	24,9
24	25,0	26,0
25	29,7	23,6
26	45,1	30,6
27	24,5	45,5
28	19,7	21,9
29	21,1	20,5
30	25,0	23,5
31	28,6	36,8
32	22,1	23,5
33	24,4	23,9
34	25,6	24,8
35	32,5	30,8
36	24,9	31,3
37	23,2	28,1
38	25,0	27,2
39	37,1	30,9
40	31,0	41,3
41	25,2	22,6



**Concessões semanais PF**

Semana	R\$ bilhões	
	2019	2020
1	8,6	10,5
2	13,3	14,8
3	12,7	14,4
4	10,9	13,2
5	11,8	13,4
6	12,4	14,8
7	14,9	15,9
8	12,6	16,6
9	11,7	14,8
10	13,2	14,2
11	15,0	16,9
12	12,8	14,3
13	11,9	11,1
14	10,8	11,4
15	13,6	13,0
16	13,7	16,1
17	11,9	14,7
18	12,3	12,2
19	14,0	14,5
20	12,8	15,0
21	12,0	12,5
22	11,7	12,2
23	12,5	12,7
24	14,7	16,1
25	14,3	14,7
26	12,5	14,0
27	11,6	12,1
28	14,2	13,3
29	13,0	11,1
30	12,2	10,6
31	11,7	11,1
32	12,7	12,3
33	14,6	14,1
34	12,2	13,5
35	11,7	12,0
36	11,8	12,3
37	14,9	15,2
38	13,5	14,3
39	12,3	12,5
40	11,3	14,8
41	15,8	11,9



## 6.2 Contratações por Porte de Empresas e de Instituições Financeiras

O quadro abaixo mostra que as novas concessões têm sido ofertadas por todos os tipos de instituições, desde o segmento S1 (grandes bancos) até o S4/S5 (pequenas instituições, incluindo cooperativas de crédito), e que o crédito tem chegado às empresas de todos os portes, bem como às pessoas físicas.

### Novas concessões de crédito - dados acumulados de 16/3 a 16/10/2020 (Banco Central)

Segmentos	Novas contratações (2) (3)					Renovações*				
	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais	Corporate	Middle	MPE	PF	Totais
S1 - públicos	53.391	24.553	57.217	184.922	320.083	14.824	49.225	26.910	122.863	213.821
S1 - privados	346.697	81.320	80.815	163.809	672.642	90.655	20.938	17.137	46.047	174.777
S2	77.629	19.031	2.966	38.350	137.976	5.605	623	166	362	6.756
S3	72.080	32.071	7.196	54.822	166.170	17.887	3.782	1.522	10.705	33.895
S4	23.092	24.172	5.205	14.913	67.383	2.298	3.748	235	6.897	13.177
Cooperativas (1)	2.868	21.334	34.235	57.464	115.901	719	2.615	2.947	4.144	10.425
Valor das operações	575.757	202.483	187.633	514.282	1.480.154	131.987	80.929	48.917	191.018	452.851

\* Inclui rolagem integral de operações de crédito, inclusive com crédito novo, bem como renegociações com alteração de prazo, taxa de juros e garantias.

(1) Bancoob, Credicoamo e sistemas Sicoob, Sicredi, Cresol, Unicred, Uniprime e Ailos.

(2) Inclui debêntures no total de R\$51.721 milhões.

(3) Inclui programas governamentais para o crédito em função da Crise Covid-19.

### 6.3 Concessão de Crédito dos Programas Emergenciais

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Central até 16 de outubro, os distintos programas governamentais de crédito já liberaram mais de R\$ 107,4 bilhões em mais de 653 mil operações.

SEGMENTO	PRONAMPE		PEAC-FGI		CGPE <sup>(a)</sup>		TOTAIS	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados						
Microempresas	205.160	8.274,5	-	-	14.428	449,6	219.588	8.724,1
Pequenas Empresas	269.800	24.488,4	61.172	10.834,7	56.902	3.246,5	387.874	38.569,6
Médias Empresas	-	-	37.163	52.885,9	8.650	7.240,0	45.813	60.125,9
TOTAIS	474.960	32.762,9	98.335	63.720,6	79.980	10.936,1	653.275	107.419,6

(a) exceto operações inseridas também nos programas PESE ou PRONAMPE.

Essa semana, em relação ao PRONAMPE, pode-se verificar que foram contratados até 16/10, R\$ 32,76 bilhões. A Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, destinou R\$ 15,9 bilhões ao Programa. Esses recursos se esgotaram rapidamente e por meio da Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020, foram destinados mais R\$ 12 bilhões ao Programa. Deste modo, foram alocados R\$ 27,90 bilhões para este Programa. Importante ressaltar que a relação de alavancagem até o momento é somente de 1,17.

As operações classificadas e elegíveis como CGPE, discriminadas por porte da instituição que recebe o recurso se encontram na tabela abaixo. As pequenas empresas até 16 de outubro de 2020 receberam apenas R\$ 449,6 milhões dos R\$ 10,93 bilhões que foram destinados ao Programa.

SEGMENTO e ES	Classificados como CGPE		Elegíveis como CGPE		Total	
	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)	Quantidade de operações	Valores liberados acumulados (R\$ milhões)
Microempresas	9.079	335,9	5.349	113,7	14.428	449,6
Pequenas Empresas	53.181	2.882,6	3.721	363,9	56.902	3.246,5
Médias Empresas	8.597	7.010,8	53	229,2	8.650	7.240,0
Total	70.857	10.229,3	9.123	706,8	79.980	10.936,1

Em consulta ao site do BNDES, verifica-se disponibilização de guia de financiamento e lista das instituições financeiras habilitadas a receberem solicitações de financiamento no âmbito do PEAC-maquinhas, contudo, até o momento, não há registro de dados sobre as operações de crédito realizadas. A expectativa é a de que o programa consiga atender a um número relevante de micros e pequenas empresas, que são justamente as mais vulneráveis na crise atual.

O BNDES publica em sua página da internet os valores que foram objeto de financiamento para os outros programas de crédito em que atua. A Tabela abaixo (atualizada em 19 de outubro de 2020) apresenta os dados dos programas de crédito para folha de pagamento – PESE, suspensão de pagamentos (*standstill*), conta-Covid

(crédito a distribuidoras de energia), crédito a empresas do setor audiovisual, crédito a cadeias produtivas, plano emergencial para saúde, *matchfunding* salvando vidas e suspensão de pagamentos (*standstill*) a estados e municípios.

<b>Programas</b>	<b>Categoria</b>	<b>Valores</b>
Crédito para folha de pagamento - PESE	empresas	7.143.800.000,00
Suspensão de pagamentos (standstill)	empresas	12.365.125.935,39
Conta-Covid: crédito a distribuidoras de energia	empresas	2.653.700.000,00
Crédito a empresas do setor audiovisual	empresas	155.355.000,00
Crédito Cadeias Produtivas	empresas	87.000.000,00
Plano emergencial para saúde	saúde	293.000.000,00
Matchfunding Salvando Vidas	saúde	74.400.000,00
Suspensão de pagamentos (standstill) a estados e n	governo	3.896.387.365,00

Dados do portal do empreendedor ainda mostram que o Programa BNDES Giro já contratou créditos no volume de R\$ 3,163 bilhões com 21.199 contratos (atualizado em 17 de outubro de 2020).

O Fampe - Fundo de Aval para as Micro e Pequenas Empresas - avalizou, por sua vez, R\$ 2,32 bilhões, com 32.640 contratos (atualizado pela última vez em 19 de outubro de 2020).